



EDITAL

Edital nos termos do art. 36 da Lei nº 11.101/2005, expedido nos autos da Recuperação Judicial de GROEN ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA, CNPJ nº 17.444.459/0001-87, CONSTRUTORA SPE VALE VERDE LTDA, CNPJ nº 40.769.016/0001-88, RIO BRANCO EMPREENDIMENTOS SPE LTDA, CNPJ nº 35.645.009/0001-34 e SPE VEREDAS DO CAPÃO LTDA, CNPJ nº 45.937.094/0001-68.

José Henrique Neiva de Carvalho e Silva, Juiz(a) de Direito da Vara Regional de Falências, Recuperação e CP Cíveis da Comarca de Campo Grande (MS), na forma da lei, etc.

Faz saber aos que virem o presente edital ou dele tomarem conhecimento que perante este Juízo e Cartório da Vara Regional de Falências, Recuperação e CP Cíveis, situado na Rua da Paz, 14, Centro - 4º andar - Bloco I - CEP 79002-919, Fone: 3317-3406, Campo Grande-MS - E-mail: cgr-vfci@tjms.jus.br, tramitam os autos de Recuperação Judicial autuados sob o nº 0805469-10.2025.8.12.0001, nos quais ficam CONVOCADOS todos os credores das empresas do “Grupo Groen”, para comparecerem e se reunirem em Assembleia-Geral de Credores (“AGC” ou “Assembleia”), a ser realizada, de forma VIRTUAL, por meio da plataforma Microsoft teams, em 1ª (primeira) convocação, no dia 20 de fevereiro 2026, com credenciamento das 09h às 10h, com início dos trabalhos às 10h, no horário de Mato Grosso do Sul, ocasião em que a Assembleia será instalada com a presença de credores titulares de mais da metade dos créditos de cada classe constantes na relação de credores apresentada pela Administradora Judicial, na forma do art. 7º. § 2º da Lei 11.101/2005 (“LRF”), computados pelo valor, ou que tenham sido admitidos ou alterados por decisão judicial ou reserva de crédito, nos termos do art. 39 da referida legislação, e, caso não haja quórum nesta ocasião, ficam desde já CONVOCADOS os credores para a realização da Assembleia Geral no dia 27 de fevereiro 2026, em 2ª (segunda) convocação, no mesmo local e horário, ocasião em que a Assembleia será instalada com a presença de qualquer número de credores e créditos.

ADVERTÊNCIA - Adverte-se que para participar da assembleia cada credor deverá comparecer ao local do evento uma hora antes do seu início, ou seja, às 09h, para procedimentos de assinatura de lista de presença, que será encerrada no momento da instalação (§3º, do art. 37, da Lei 11.101/2005).

FINALIDADE: A Assembleia ora convocada tem como finalidade de, nos termos do artigo 35, inciso I, deliberar sobre: a) aprovação, rejeição ou modificação do plano de recuperação judicial apresentado pelo devedor (fls. 4.870/4.947); b) a constituição do Comitê de Credores, a escolha de seus membros e sua substituição; c) (VETADO) d) o pedido de desistência do devedor, nos termos do § 4º do art. 52 desta Lei; e) o nome do gestor judicial, quando do afastamento do devedor; f) qualquer outra matéria que possa afetar os interesses dos credores; g) alienação de bens ou direitos do ativo não circulante do devedor, não prevista no plano de recuperação judicial

ORIENTAÇÕES: O Plano de Recuperação Judicial e seus anexos poderão ser acessados por meio de consulta processual no site do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul no endereço www.tjms.jus.br, através do sistema E-SAJ, o qual está autuado sob n. 0805469-10.2025.8.12.0001, que está igualmente disponível no site da Administradora Judicial nomeada por este Juízo, SANTANA E HADDAD ADVOGADOS.

Para participar da Assembleia deverão os credores que pretendem ser representados por mandatário ou representante legal, enviar à Administradora Judicial em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data da assembleia, documento hábil que comprove seus poderes específicos para participação na assembleia, ou ainda, indicar as folhas dos autos do processo em que se encontre o documento (art. 37, § 4º, da Lei 11.101/2005), se a representação dos credores





Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul
Comarca de Campo Grande
Vara Regional de Falências, Recuperação e CP Cíveis

fls. 3952

trabalhistas se fizer pelo sindicato, cujo envio dos documentos deverá ser realizado em até 10 (dez) dias antes da realização da assembleia (art. 37, §§ 5º e 6º, da Lei 11.101/2005). Todos os documentos serão recepcionados pela Administradora Judicial por e-mail, no endereço eletrônico aj.grupogroen@csh.adv.br, devendo os credores, no ato do envio da documentação a que alude o art. 37, §4º, da Lei 11.101/2005, indicar um endereço eletrônico de e-mail válido e atualizado, e um número de telefone celular, com DDD, aptos a receberem mensagens de texto e via whatsapp. Caso o próprio credor, se o crédito detido por pessoa física, opte por participar do conclave assemblear, deverá apresentar documentação pessoal original com foto no prazo de credenciamento da Assembleia Geral de Credores. Sendo o credor pessoa jurídica, e se fizer representado por seu representante legal no ato assemblear, deverá apresentar além da documentação pessoal original com foto no prazo de credenciamento da Assembleia Geral de Credores, os documentos societários que comprovem os poderes para representar a pessoa jurídica. Configura-se documentação hábil para participação na Assembleia, através de mandatário, a seguinte: 1. Caso o outorgante seja pessoa física e o outorgado seja pessoa física, necessário se faz o reconhecimento de firma do outorgante na procuração, que deverá ser encaminhada acompanhada de cópia do RG e CPF do outorgante e do outorgado; 2. Caso o outorgante seja pessoa física e o outorgado seja advogado, fica dispensado o reconhecimento de firma na procuração em razão das prerrogativas e responsabilidades do advogado, devendo o instrumento de mandato ser encaminhado juntamente com a cópia do RG e CPF do outorgante e cópia da OAB do outorgado; 3. Caso o outorgante seja pessoa jurídica e o outorgado seja advogado, fica dispensado o reconhecimento de firma na procuração em razão das prerrogativas e responsabilidades do advogado, devendo o instrumento de mandato ser encaminhado juntamente com os atos constitutivos atualizados da empresa, que comprovem os poderes ao sócio/administrador para outorgar procuração, bem como cópia do RG e CPF do sócio e cópia da OAB do outorgado; e 4. Caso o outorgante seja pessoa jurídica e o outorgado seja pessoa física, necessário se faz o reconhecimento de firma do outorgante na procuração, que deverá ser encaminhada juntamente com os atos constitutivos atualizados da empresa que comprovem os poderes ao sócio/administrador para outorgar procuração, bem como cópia do RG e CPF do sócio e do outorgado. Recebida a documentação por e-mail, a Administradora Judicial confirmará pelo mesmo meio o cadastro do credor. Atentem-se os credores às suas caixas de correio eletrônico, inclusive spam, posto que a confirmação será enviada por esse meio.

E, para que ninguém alegue ignorância, será o presente edital afixado e publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Campo Grande (MS), aos 26 de janeiro de 2026.

Assinado digitalmente
José Henrique Neiva de Carvalho e Silva
Juiz de Direito